



A Ética da Autenticidade

Charles Taylor

Tradução de Talyta Carvalho

São Paulo: É Realizações, 2011. (128 páginas)

ISBN: 978-85-8033-019-9

Há grande debate e conflito, tanto interno quanto externo, no pensamento libertário contemporâneo. Em meio às temáticas próprias da ciência econômica e da filosofia política é necessário pensar acerca de uma das bases filosóficas de toda teoria, a ética. Para uma melhor compreensão dos desafios e incoerências de certo pensamento recorre-se muitas vezes aos defensores divergentes. Em outros casos, é o olhar de fora que elucida e desafia intelectualmente a defesa de uma posição. *A Ética da Autenticidade* é um exemplo deste segundo exercício intelectual.

A obra escrita por Charles Taylor em 2010 e publicada em língua portuguesa no ano seguinte desafia os adeptos do libertarismo a pensarem sobre suas próprias definições. Um dos grandes desafios da tradição libertária é definir o conceito de liberdade, indivíduo, escolha e racionalidade, por exemplo. Usam-se constantemente tais palavras, mas deduz-se que todo interlocutor é passível de compreendê-las significativamente, isto é, que compreendam de onde, como e por que partem tais enunciados.

O lugar de onde parte a construção da obra é a condição de vida contemporânea. É certo que o autor não é o primeiro a falar de um mal-estar moderno, civilizatório ou pós-moderno, entretanto inicia o debate ético apontando três características da sociedade contemporânea. Para Taylor, as preocupações existentes são (1) o individualismo, que resulta numa perda de significados; (2) a razão instrumental, da qual se perde os propósitos e (3) a restrição de escolhas que são a perda da liberdade.

O debate entre os *boosters* e *knockers* (incentivadores e críticos) da modernidade é encarado pelo autor como um debate desarticulado, no qual o individualismo deságua num relativismo e o subjetivismo marginaliza as questões morais. Taylor busca fugir dos extremos resgatando a autenticidade como ideal válido, a possibilidade de uma discussão racional das ideias e das ações que delas resultam, e que argumentos podem fazer a diferença (p. 33).

É preciso, portanto, compreender o ideal da autenticidade. A moralidade da autenticidade evoca a noção de que os homens possuem um senso moral. É diferente do individualismo cartesiano, no qual cada um é responsável por si mesmo, e do individualismo lockeano, no qual a vontade individual antecede as obrigações morais. Antes, o intuito “era combater uma visão rival de que saber o certo e o errado era uma questão de calcular as consequências” (p. 35). Para saber o certo e o errado é preciso ouvir a voz interior. Neste contexto de individualidade, a ação livre é muito mais do que a liberdade negativa. Pensa, com Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), a liberdade autodeterminante, isto é, a liberdade na qual é preciso romper com as imposições externas e decidir por si mesmo, sozinho (p. 37).

Se o que é certo só pode ser encontrado dentro do sujeito, então é preciso que cada um procure e encontre dentro de si mesmo o modelo pelo qual viver. É o que Taylor chama de “*ser fiel a mim [...] ser fiel a minha própria originalidade*” (p. 39). Esta proximidade com um individualismo exacerbado faz Taylor mos-

trar que, como já havia esboçado em *As Fontes do Self* (São Paulo: Loyola, 1997), é preciso um reconhecimento dos outros para existir um reconhecimento de si. Neste ponto reconhece as tensões e fragilidades da autenticidade, pois a liberdade autodeterminada leva à uma perda de sentido por conta de um antropocentrismo narcísico. Deste modo, tudo retornaria ao valor da própria escolha.

Para “salvar” a autenticidade, Taylor aponta a necessidade de demonstrar que “a autorrealização, muito longe de excluir relacionamentos incondicionais e exigências morais além do self, na verdade as requer em alguma forma” (p. 78). Ao olhar para a sociedade e para as questões morais que se intensificaram, o autor não vê um aumento das formas mais autocentradas como um movimento em uma única direção. Ao contrário, percebe um aumento de tensão. Significa a existência de uma batalha entre as formas mais elevadas e mais baixas de liberdade. Neste sentido, uma sociedade livre é aquela na qual “através de ações sociais, mudança política e do ganho de corações e mentes, as formas melhores podem ganhar terreno, ao menos por um tempo” (p. 83).

Na recuperação do ideal de autenticidade, Taylor retoma a um ponto por vezes esquecido. É preciso entender que a autenticidade e a autorreferência se relacionam através de duas facetas, a saber, o modo e o conteúdo.

A autenticidade é autorreferente de maneira evidente: isto tem que ser *minha* orientação. Mas não significa que em outro nível o conteúdo deva ser autorreferente: que meus objetivos devam expressar ou realizar meus desejos ou ambições, *contra* algo que está além destes. Posso encontrar realização em Deus, ou em uma causa política, ou cultivando a terra (p. 85).

A não compreensão dessa diferença tem estragos ao nos levar a um subjetivismo. É possível, além desse incentivo da única realização possível ser a autorrealização, uma crítica infundada de que a defesa da autenticidade é a defesa apenas de uma autorrealização de conteúdo.

Terminada a exposição sobre a autenticidade e a necessidade de vinculação a algo, Taylor parte para a crítica da razão instrumental, profundamente presente na sociedade. Num contexto social há diferentes propósitos que conflitam entre si e alguns propósitos comuns, que são dinâmicos. É interessante notar a percepção do autor ao afirmar que “*todos veem a necessidade de um despejo, mas ninguém o quer em seu quintal*” (p. 101). É neste ponto que o comunitarismo eclode e Taylor invoca a necessidade de entender as fontes morais da civilização para que exista um “novo entendimento comum” (idem). Aponta o perigo da diminuição das liberdades por conta de fatores institucionais, mas não vê seu próprio coletivismo como outro fator.

Nesta sociedade de tensões de propósitos, a razão instrumental dissocia o homem de toda constituição confusa do corpo e das emoções para tornar-se

racionalidade pura, autoverificante. Essa é uma das formas mais prestigiosas de razão em nossa cultura, exemplificada pelo pensamento matemático [...]. Argumentos, ponderações, conselhos que podem afirmar estar baseados nesse tipo de cálculo têm um grande poder persuasivo, mesmo quando esse tipo de raciocínio não é realmente apropriado ao assunto em questão, como [...] nas ciências sociais e estudos políticos (p. 102).

A grande questão é: como conseguir uma sociedade na qual inúmeras formas de ser e estar no mundo podem ser realizadas e na qual as fontes morais podem ser resgatadas? Enquanto se luta pelo modo como se deve organizar a sociedade, apenas a polarização torna-se visível. Que modo de organização não definiria a moral e, além disto, permitisse que formas de ser elevadas pudessem ser perseguidas? O ponto não é a sociedade determinar a moral, mas não impedir que a ética da autenticidade exista (obviamente levando-se em conta seu caráter de pertencimento, o que coloca o libertário numa posição incômoda devido ao seu fator coletivista).

No mundo real é evidente que o colapso das sociedades comunistas evidenciaram

o óbvio: “*mecanismos de mercado são [...] indispensáveis para uma sociedade industrial, [...] para sua eficiência econômica e [...] para sua liberdade*” (p. 109). Taylor não defende obviamente uma sociedade na qual a atuação do Estado é limitada. Para ele, a grande crença que deveria ter acabado juntamente com o comunismo é “*a crença de que sociedades modernas podem funcionar com um único princípio*” (p.110).

O autor é otimista para com as democracias modernas. Para ele, longe do despotismo que temia Alexis de Tocqueville (1805-1859), as democracias atuais possuem “*protestos, livres iniciativas e desafios irreverentes à autoridade [e que] governos na verdade tremem sim diante da raiva e contento dos governados*” (p. 112). O problema, segundo Taylor, está na

fragmentação. Para Taylor, a falta de um enfoque comum, num mundo no qual cada um está em um agrupamento parcial, pode tornar o eleitorado indefeso diante do Estado leviatânico.

A fragmentação, neste sentido, é boa e ruim para um projeto de limitar governos e de impedir imposições. Pode levar a um atomismo no qual a sociedade é meramente instrumental e o foco está em cada indivíduo, o que necessitaria de uma mudança cultural profunda e coletiva. Por outro lado, dificulta transformações pela via democrática. Com isto, Taylor coloca o pensador libertário numa situação na qual precisará ser um artista na reflexão e criação de uma possibilidade política factível. ∞

Filipe Rangel Celeti

Bacharel e licenciado em Filosofia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie
Professor dos cursos de Pedagogia e de Administração da Faculdade Sumaré
Tutor de formação do Instituto de Formação de Líderes de São Paulo (IFL-SP)
filipeceleti@gmail.com